



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002354-37.2007.8.26.0233**  
Classe - Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**  
Autor: **Justiça Pública**  
Réu: **Jose Messias Pereira Ramos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

O réu José Messias Pereira Ramos foi pronunciado, sob a acusação de que no dia 17 de novembro de 2007, aproximadamente às 05 horas e 35 minutos, na Rua Visconde de Pelotas, nº 325, tentou matar Luis Rogério Fumagale Macedo, com o uso de uma faca, o que o tornaria incurso nas iras do artigo 121, *caput*, c.c inciso II do artigo 14, ambos do Código Penal.

Ao relatório de fls. 248/251 e relatório complementar de fls. 356 acrescento que nesta data a julgamento pelo E. Conselho de Sentença da Vara Distrital de Ibaté – Comarca de São Carlos, conforme detalhamentos contidos na ata de julgamento.

**DOS QUESITOS:**

O questionário conteve série única, pois se trata de um único réu acusado por crime isolado.

Acerca da **autoria do crime de homicídio** os jurados responderam **positivamente**.

Os jurados responderam **positivamente** ao quesito que versava sobre a causa de diminuição de pena prevista no inciso II do art. 14 do Código Penal.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

Os jurados responderam **negativamente** ao quesito que versava sobre a absolvição do réu.

\*\*\*\*\*

### **DO VEREDICTO:**

Diante do exposto, em consonância com a soberana decisão do Egrégio Conselho de Sentença, **JULGO PROCEDENTE** a denúncia de fls. 01-A/01-B para **CONDENAR JOSÉ MESSIAS PEREIRA RAMOS** pela prática do crime previsto no **art. 121, caput, c.c inciso II do art. 14, do Código Penal**, passando a dosar-lhes as penas nos termos do art. 68 do mesmo *codex*, conforme item a seguir.

### **DA DOSIMETRIA DA PENA:**

Analisadas as diretrizes do artigo 59 do Código Penal, observa-se que o réu agiu com culpabilidade normal à espécie.

O réu deve ser considerado primário. Embora condenado definitivamente aos 13.01.2011 por tráfico de drogas, conforme processo 74/2010, tal condenação somente poderia configurar maus antecedentes se o fato que a gerou também fosse anterior à tentativa de homicídio julgada nesta ocasião.

Poucos elementos foram colhidos acerca de sua **conduta social e personalidade**, razão pela qual deixo de valorá-las. Acrescento, ainda, que eventual agravamento da pena por força de tais circunstâncias judiciais revela



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

apologia ao Direito Penal de Autor, fenômeno antigarantista indesejável que não conta com o entusiasmo deste magistrado.

O **motivo do delito** não foi claramente apurado.

As **circunstâncias** do delito não sugerem recrudescimento da sanção.

As **consequências** não foram graves, pois o delito permaneceu na esfera da tentativa branca. A **vítima** não contribuiu para reação tão violenta por parte do réu.

Considerando as circunstâncias judiciais, situo a pena-base no mínimo legal, ou seja, em **6(seis) anos de reclusão**.

Na segunda fase do cálculo em que se avaliam as circunstâncias agravantes nada altera a pena do réu. Eventuais atenuantes não podem trazer a pena aquém do mínimo.

Em virtude da tentativa e considerando que o *inter criminis* permaneceu em fase inicial, sequer chegando a sofrer ferimento a vítima – tentativa branca, a redução se faz no patamar máximo de 2/3 (dois terços), estabilizando-se a pena em **2(dois) anos de reclusão**.

Fixo o **regime inicial fechado**, pois a condenação que lhe foi imposta no processo 74/2010 cominou-lhe o mesmo regime inicial. De conseguinte, a fixação de regime menos gravoso afigura-se insuficiente para os fins de repressão geral e especial, uma vez que o réu já ingressou no sistema carcerário no regime mais rigoroso e o abrandamento nesta condenação não preservaria a proporcionalidade para readequação de sua conduta.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

Todavia, por força da Lei 12.736/2012, deve ser observada a **detração penal**, uma vez que o réu permaneceu encarcerado durante quase um ano, ou seja, desde a prisão em flagrante na data dos fatos aos 07 de novembro de 2007 até 03 de novembro de 2008 com o julgamento do *habeas corpus* nº 990.08.073098-3.

Cumprida quase metade da pena imposta em regime de prisão cautelar, o regime que resta a ser imposto desde já é o **semi-aberto**, sendo vedada a progressão *per saltum*.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Tendo sido o crime praticado mediante grave ameaça à pessoa e considerando que o réu foi condenado definitivamente por crime equiparado a hediondo – tráfico de drogas, ainda que posteriormente, incabível a substituição prevista no artigo 44 do Estatuto Repressivo, pois não é socialmente recomendável.

O réu poderá apelar em liberdade desta decisão, pois respondeu ao processo nesta condição e recebeu regime semi-aberto. Neste caso específico deve ser ressaltado que o réu foi absolvido no primeiro julgamento de modo que a duplicidade de resultados, completamente antagônicos, enfraquece a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri que deve ceder passo à presunção de inocência até o trânsito em julgado.

**CONDENO** o réu, ainda, ao pagamento das custas processuais que fixo em 100 UFESP's, ficando suspensa a cobrança nos termos do art. 12 da Lei 1060/50.

Oportunamente, **após o trânsito em julgado** desta decisão, adotem-se as seguintes providências:

- a- Expeça-se mandado de prisão no regime semi-aberto e guia de execução definitiva;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

- b- Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação, com as devidas identificações, acompanhadas de fotocópia desta decisão, para cumprimento do disposto nos artigos 71, §2º do Código Eleitoral c/c inciso III do artigo 15 da Constituição da República;
  - c- Oficie-se ao órgão responsável pelo cadastro de antecedentes criminais deste Estado para as anotações necessárias
  - d- Honorários do advogado dativo em 100% da tabela.
- Oportunamente, expeça-se certidão.

Decisão publicada no plenário do Júri de Ibaté nesta data, às **11** horas e **20** minutos, saindo os presentes intimados.

Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Ibaté, 10 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**